



Ministério do Trabalho e Emprego
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em MG
Divisão de Administração
Setor de Serviços Gerais

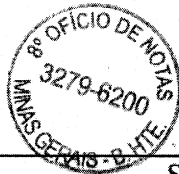
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **Commando Segurança Eletrônica LTDA – ME** inscrita no CNPJ: **11.369.367/0001-01** estabelecida na Rua Frederico Knipp, nº 68 – sala 101 – Bairro Venda Nova BH/MG, na categoria de prestador de serviços de instalação, manutenção, assistência técnica e monitoramento eletrônico para esta **Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais – CNPJ 37.115.367/0019-90**, executando desde 01/10/2012 os seguintes serviços:

- Instalação, manutenção e monitoramento de 60 unidades do Ministério do Trabalho e Emprego de Minas Gerais sendo, 60 centrais de alarme, 644 sensores seus periféricos e acessórios.
- Valor anual do Contrato: R\$241.114,32
- ART Nº 14201300000001438088
- Responsável Técnico: Fernando Antônio De Paoli – Registro MG-15734/D, CPF: 230.857.706-15.

Atestamos ainda, que o serviço de monitoramento vem sendo executado dentro do prazo pactuado nos termos do contrato 32/2012 de acordo com os parâmetros técnicos de qualidade exigidos não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2013.



Silvana dos Santos Silva
Gestora de Contratos
SIAPE 560832

Ofício Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200
e-mail: 3279-6200@notario8.com.br

AUTENTICAÇÃO

Testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
Daniele Costa Silva Santos, Escrevente
Nº.: 1701270347, Belo Horizonte, 25/10/2013, às 14h.
245J - ENL: 4,45 - TFPJ: 1,38 - TOTAL: 5,83

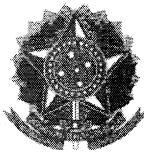
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA NTO NO SITE: www.notario8.com.br

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
SILVANA DOS SANTOS SILVA

Belo Horizonte, 30/10/2013 - 12:08:48 - Etiqueta Nº: 1433102948
Em testº da verdade, Erick Pereira dos Santos, Dou Fe.
ENCH.: 3 AO TEST.: 1,15 DEFORM.: 0,21 TOTAL: 4,34 - 11333627-212





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1420130011112
Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FERNANDO ANTONIO DE PAOLI.....
..... referente à(s) Anotação(ões) de
Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FERNANDO ANTONIO DE PAOLI.....
Registro: 04.0.0000015734..... RNP: 1407282409.....
Título Profissional: ENGENHEIRO ELETRICISTA.....

Número ART: 14201300000001438088 Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART... Registrada em: 23/10/2013
Forma de Registro: Substituição..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: COMMANDO SEGURANCA ELETRONICA LTDA - ME.....

Contratante: MIN. DO TRABALHO E EMPREGO - SUP. REG. DO TRAB. E EMP. CPF/CNPJ: 37115367001990.
Logradouro: RUA DOS TAMOIOS..... Nº: 596...
Complemento: 7º ANDAR..... Bairro: CENTRO.....
Cidade: BELO HORIZONTE..... UF: MG..... CEP: 30120-050
Contrato: 32/2012..... celebrado em Vinculado à ART: 14201200000000785876
Valor do contrato: R\$ 241114.32..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: RUA DOS TAMOIOS..... Nº: 596...
Complemento: 7º ANDAR..... Bairro: CENTRO.....
Cidade: BELO HORIZONTE..... UF: MG..... CEP: 30120-050

Início: 1/10/2012. Situação: ATIVIDADE EM ANDAMENTO Coord. Geográficas:
Finalidade: OUTRO..... Código:
Proprietário: MIN. TRAB. E EMPREGO - SUP. REG. DO TRAB. E EMP. DE M. G. CPF/CNPJ: 37115367001990.
Atividade Técnica: EXECUÇÃO MONITORAMENTO EQUIPAMENTOS/MAQUINAS ELÉTRICOS OU ELETRÔNICOS
ALARME, Quantidade 644.00, Unidade un; EXECUÇÃO MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS/MAQUINAS ELÉTRICOS
OU ELETRÔNICOS ALARME, Quantidade 644.00, Unidade un; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO
EQUIPAMENTOS/MAQUINAS ELÉTRICOS OU ELETRÔNICOS ALARME, Quantidade 60.00, Unidade un.....

Observações

INST/MANUT/ASSIS TEC.E MONIT DE 60 CENTRAIS ALARME C/ 644 SENS.E ACESS. EM DIV. LOCAIS DE
BH E CIDADES DE MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 059872 a 059872, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420130011112/2013

31/10/2013, 14:46:58

1420130011112

A CAT a qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT a qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP 30170-001

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Conferida a autenticidade
no site do CREA-MG

Graziella Melgare P.F. de Mondonça
Técnico Judiciário TRT 3ª Região



Ministério do Trabalho e Emprego

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais

UG: 380941

Processo 47774.000087/2012-70

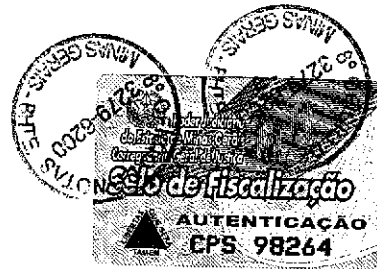
Pregão Eletrônico nº 06/2012

Contrato n.º 32/2012

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS E A EMPRESA **COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA - ME** PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA NAS GERÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO E EMPREGO E SUAS AGÊNCIAS REGIONAIS JURISDICIONADAS CONSTANTES DA CLÁUSULA SEGUNDA.

A UNIÃO FEDERAL, através da SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ 37.115.367/0019-90, com sede na Rua Tamoios 596, Centro, Belo Horizonte – MG, neste ato, representada pelo Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, senhor **VALMAR GONÇALVES DE SOUSA**, CPF: 837.085.886-49, nomeado pela Portaria nº 1.250, de 01/08/2012, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria nº 153, de 12 de fevereiro de 2009, do Ministro do Estado do Trabalho e Emprego e, em sequência, denominada simplesmente CONTRATANTE; de outro lado, a empresa **COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA - ME**, CNPJ 11.369.367/0001-01, sediada à Rua Frederico Knipp, nº 72, sala 101, Bairro Venda Nova, Belo Horizonte/MG, neste ato, representada por seu Sócio Diretor, Sr. Rodrigo Aziz Barbosa, CPF 000.054.966-59, que apresentou os documentos exigidos por lei, e daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA; têm entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Consultoria Jurídica de Minas Gerais da CGU/AGU, nos termos do parecer exarado no processo nº 47774.000087/2012-70, **CONTRATO** para prestação de **SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA**, executado de forma indireta e contínua, conforme condições constantes do edital Pregão Eletrônico 06/2012, sob o regime de empreitada por preço global, de conformidade com o disposto na Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990; Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 2.271 de 07 de julho de 1997; Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações; Decreto nº 3.722 de 09/01/2001 e suas alterações; Decreto nº 3.784 de 06 de abril de 2001; Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002; Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; Instrução Normativa nº 02/MPOG, de 30/04/2008; Instrução Normativa nº 05/95-MARE, Instrução Normativa nº 18/97-MARE e vinculado ao EDITAL do Pregão Eletrônico nº 06/2012, Processo Administrativo nº 47774.000087/2012-70, mediante as seguintes cláusulas e condições:





Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 884 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente
Etiqueta Nº.: 1723279294 - Belo Horizonte, 23/06/2016 09:36:24
[767012-0741] EML 1 45 SPT 1 38 XDTA 5 83

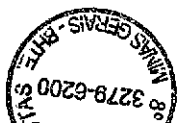
CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância eletrônica monitorada, mediante disponibilização de equipamentos novos e de primeiro uso, em linha de fabricação, compreendendo entrega/instalação e assistência técnica (mão-de-obra e reposição de peças, partes ou componentes necessários) visando à manutenção preventiva e corretiva, incluído serviço de monitoramento contínuo, sete dias por semana, inclusive finais de semana e feriados, para atender as unidades jurisdicionadas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais em todo o estado, Gerências Regionais e Agências de Atendimento do Trabalho, observando-se as características mínimas indicadas e o local para disponibilização dos equipamentos conforme especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS DE ENTREGA E EXECUÇÃO CONTRATADOS

A Contratada realizará a prestação dos serviços de instalação, manutenção e monitoramento do sistema de vigilância eletrônica nas localidades conforme lotes abaixo relacionados:

LOTE	REGIONAL	UNIDADES	VALOR CONTRATADO	
			MENSAL	ANUAL
1	Belo Horizonte	AR Barreiro	399,91	4.798,92
		AR Santa Luzia		
2	Betim	GRTE Betim	391,58	4.698,96
3	Contagem	GRTE Contagem	416,41	4.996,92
		AR Nova Lima		
4	Curvelo	GRTE Curvelo	833,16	9.997,92
		AR Diamantina		
5	Cons. Lafaiete	GRTE Conselheiro Lafaiete	833,08	9.996,96
		AR Ouro Preto		
		AR São João Del Rei		
7	Governador Valadares	GRTE Governador Valadares	1.249,83	14.997,96
		AR Caratinga		
8	Ipatinga	GRTE Ipatinga	1.557,25	18.687,00
		AR Itabira		
		AR João Monlevade		
09	Juiz de Fora	GRTE Juiz de Fora	2.649,83	31.797,96
		AR Andreândia		
		AR Barbacena		
		AR Rio Pomba		
		AR Santos Dummont		
		AR Ubá		
10	Montes Claros	GRTE Montes Claros	366,58	4.398,96
		AR Bocaiúva		
		AR Pirapora		
11	Ponte Nova	GRTE Ponte Nova	370,83	4.449,96
		AR Manhuaçu		
		AR Viçosa		

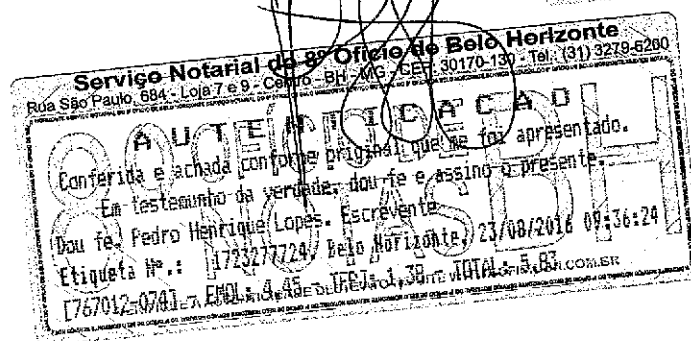


12	Paracatu	GRTE Paracatu	333,25	3.999,00
		AR Unai		
13	Patos de Minas	GRTE Patos de Minas	166,58	1.998,96
14	Poços de Caldas	GRTE Poços de Caldas	1.233,33	14.799,96
		AR Machado		
		AR Passos		
		AR São Sebastião do Paraíso		
15	Pouso Alegre	GRTE Pouso Alegre	2.140,75	25.689,00
		AR Itajubá		
		AR Lambari		
		AR Ouro Fino		
		AR Passa Quatro		
		AR Santa Rita do Sapucaí		
16	Sete Lagoas	GRTE Sete Lagoas	433,25	5.199,00
		AR Pedro Leopoldo		
17	Teófilo Otoni	GRTE Teófilo Otoni	1.420,83	17.049,96
		GRTE Araçuaí		
		AR Minas Novas		
18	Uberlândia	GRTE Uberlândia	1.049,91	12.598,92
		AR Araguari		
		AR Ituiutaba		
19	Uberaba	GRTE Uberaba	958,25	11.499,00
		AR Araxá		
20	Varginha	GRTE Varginha	3.288,25	39.459,00
		AR Alfenas		
		AR Boa Esperança		
		AR Campo Belo		
		AR Lavras		
		AR Perdões		
		AR São Gonçalo do Sapucaí		
		AR Três Corações		
TOTAIS			R\$20.092,86	R\$241.114,32

CLAUSULA TERCEIRA - DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Os equipamentos, peças e serviços deverão obedecer rigorosamente às diretrizes e especificações constantes do Termo de Referência, o qual será parte integrante deste contrato independentemente de transcrição, atendendo ainda as normas da ABNT, as disposições legais da União, Governos Estadual e Municipal, aos regulamentos das empresas concessionárias, às prescrições e recomendações dos fabricantes e as normas internacionais consagradas, na falta das da ABNT.





CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

INSTALAÇÃO E TESTES

A Contratada deverá instalar dentro de, no máximo **45 (quarenta e cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação do extrato do contrato no D.O.U., os equipamentos, novos e de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e produtividade, correndo as despesas por sua exclusiva conta e responsabilidade, garantindo à Administração o uso manso e pacífico dos mesmos, resguardando-os de quaisquer embargos e turbações de terceiros;

Realizar a instalação dos equipamentos necessários à realização do serviço, dentro do horário de expediente da SRTE/MG, a saber, das 08:00 hs às 18:00 hs, de segunda à sexta-feira, nos dias úteis;

Observar, além das normas da ABNT e INMETRO, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais afeitos ao objeto contratado, as seguintes diretrizes:

- a) Os sistemas deverão ser instalados de forma a apresentar alto grau de confiabilidade, preservando a estética do ambiente, utilizando-se dos forros, lajes, rodapés, tubulações existentes (exclusivamente de telefonia) e/ou instalados de forma aparente fixados com dispositivos adequados a segurança e acabamento da instalação;
- b) Os sensores de presença deverão ser instalados em locais estratégicos, nos pontos de acesso e áreas comuns da edificação;
- c) Havendo danos nas superfícies onde estes equipamentos forem instalados, no ato da colocação, os reparos nas mesmas deverão apresentar acabamento compatível e pintura similar aos já existentes;
- d) Solicita-se a proteção dos cabos e fios por meio de canaletas ou dutos, somente se expostos nas áreas onde haja acesso de servidores ou do público externo;

Garantir que, na ocorrência de mudança de local durante a vigência do contrato, ficará obrigada a executar os serviços nos novos endereços, incluindo a alteração de localização do equipamento, desde que estes se localizem dentro da área de jurisdição onde se encontrava o imóvel anteriormente atendido;

Proceder ao conserto ou reposição de componentes e partes que comprovadamente apresentarem defeitos, por outros, dentro das especificações técnicas do fabricante, de forma a garantir as características funcionais do sistema;

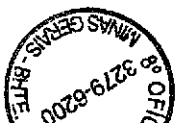
Executar os serviços de configuração necessários, comprovando, após sua instalação, a conectividade com a central de monitoramento e a interoperabilidade dos equipamentos (hardware e software);

Responsabilizar-se pelo fornecimento e instalação, pela configuração e monitoramento e de todos os equipamentos necessários para o funcionamento do sistema de vigilância eletrônica (Aparelhos, adaptadores, transformadores de voltagem ou estabilizadores, softwares, interfaces, conectores, cabos elétricos, fios e demais componentes necessários);

Instruir os servidores designados pela Contratante, sobre a operação do sistema de vigilância eletrônica, sobretudo no que tange à senha para "ativar" e "desativar" o alarme;

Afixar no local, de modo bem visível, selos de segurança que contenham aviso comunicando estar o local sob vigilância monitorada;

Comunicar à SRTE/MG, por escrito, quaisquer anormalidades que ponham em risco o êxito do serviço e o cumprimento dos prazos de execução do contrato.





Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-300 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente.
Etiqueta Nº.: 172327624, Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24
[767012-074] - EMI: 3,45 - TERI: 1,39 - TOTAL: 5,84
SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS E SITE: www.oficio8bh.com.br

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O fornecedor deverá assegurar os serviços de manutenção, preventiva e corretiva, e assistência técnica durante a vigência contratual, sendo a mesma realizada pelo próprio fabricante/fornecedor ou por representante autorizado pelo mesmo, na localidade onde o sistema encontrar-se instalado, de forma a garantir sempre o perfeito funcionamento dos equipamentos empregados;

A Contratada deverá manter rigorosamente o plano de manutenção dos equipamentos evitando-se interrupções nos serviços de vigilância eletrônica, obedecendo às normas e procedimentos de segurança do trabalho, com a utilização apropriada dos equipamentos de proteção individual e coletiva, os quais deverão ser fornecidos pela Contratada;

Comunicar, imediatamente a SRTE/MG fatos que venham a interromper o funcionamento dos serviços de que trata o objeto em questão e, também qualquer alteração que se tornar essencial à continuação da execução ou prestação dos serviços contratados;

Os chamados referentes à manutenção corretiva ocorrerão nos dias úteis em horário comercial;

X Os serviços de assistência técnica nos equipamentos e acessórios devem garantir que:

a) O período máximo para atendimento do chamado será de **6hs** para Belo Horizonte/MG e região metropolitana e de **12hs** para as demais localidades;

b) Caso não seja resolvido o problema, decorridas **24hs** para Belo Horizonte e região metropolitana e no máximo **48hs** para as demais localidades após ter tomado conhecimento do chamado, a Contratada deverá substituir o equipamento que necessitar de reparos por outro com as mesmas funcionalidades ou superior, sem ônus para a Contratante;

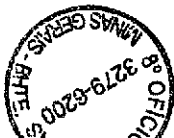
c) Caso algum dos equipamentos apresente defeitos intermitentes ou funcionamento insatisfatório, isto é, presente no máximo **03 (três)** defeitos num período de **01 (um)** mês, deverá ser substituído por outro, idêntico, ou de superior qualidade, no prazo **48hs** em todas as unidades, a contar do terceiro registro de apresentação do defeito, sem que isto gere qualquer ônus adicional para a Contratante;

d) Sejam realizadas manutenções preventivas **semestralmente** e, sempre que necessário, manutenção corretiva, inspecionando todos os equipamentos que compõem o sistema, providenciando a substituição de equipamentos ou peças que ofereçam algum risco ao eficiente desempenho do sistema;

e) O reposicionamento dos sensores, após chamado, ocorra no prazo de **48hs** em todas as localidades, de modo a ficarem da maneira mais eficiente possível, sempre que houver alterações no layout do imóvel sob segurança;

Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão atender aos padrões de mercado e deverão satisfazer as especificações e recomendações do fabricante e fornecedor, na quantidade necessária para suprir a demanda;

Fica reservado à fiscalização o direito de rejeitar os materiais que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações dos fabricantes. Havendo necessidade ou a pedido da fiscalização, a Contratada deverá fornecer certificado de garantia (do fabricante) de materiais considerados fundamentais na execução e na confiabilidade geral dos serviços.



Service-Notarial do 6º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH/MG - CEP: 30170-130 - Tel: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente.
Etiqueta Nº.: 1723272524, Belo Horizonte, 23/08/2018 09:36:24
[767012-070] ENC. 4,45 ITR 1,39 TOTAL 5,87



MONITORAMENTO

Após a instalação e início do funcionamento dos equipamentos, os sistemas de vigilância deverão ser monitorados 24 horas por dia, todos os dias do mês, através da Central de Monitoramento Remoto da Contratada;

Diariamente deverão ser executados nos sistemas, um autoteste para assegurar a integralidade e perfeito funcionamento dos sistemas;

Não há necessidade do controle das operações de arme e desarme dos sistemas, ficando restrito a comunicação da central de alarme com a Central de Monitoramento Remoto a um autoteste de comunicação a cada 24 horas e evidentemente em casos de sinistros / disparos do sistema;

Havendo indício de violação do imóvel protegido, o disparo deverá ser informado ao Órgão de Segurança Pública mais próximo e a um dos servidores designados pela Contratante para Gestão ou Co-gestão do contrato, cabendo à Central de Monitoramento Remoto estabelecer este contato;

Os horários dos disparos dos sensores e das comunicações com os responsáveis pela unidade e/ou os Órgãos de Segurança Pública serão registrados no relatório eletrônico de ocorrências e no livro de registro de ocorrência, que serão instrumentos de apresentação obrigatória à fiscalização do contrato mensalmente, para avaliação da conformidade do serviço prestado com o Acordo de Nível de Serviço (ANS) firmado entre as partes.

Quando utilizar o sistema de discagem via telefonia longa distância, seguir a orientação da SRTE/MG quanto à operadora a ser utilizada. Caso contrário, a Contratada deverá arcar com o custo das ligações entre as Centrais de Alarme para monitoramento à distância e o equipamento do prestador de serviço.

Apresentar ao Gestor do Contrato relatório técnico baseado nos registros realizados pela central de monitoramento à distância, realizadas no mês computado (desde a zero hora do primeiro dia do mês até as vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do último dia do mês), juntamente com a fatura mensal do serviço, contendo, no mínimo, os itens a seguir:

- a) Horário de disparo dos sensores;
- b) Horário de comunicação com responsáveis pela unidade ou Órgão de Segurança Pública;
- c) Evento ocorrido;
- d) Providência tomada para solução.

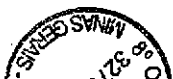
Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios pré-existentes nos equipamentos, os quais não implicam em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes ou prepostos, sendo que a regular fiscalização dos serviços pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada;

GERAL

Indicar um preposto com a finalidade de responder pela gestão do contrato junto a SRTE/MG;

Responsabilizar pelo pagamento das verbas remuneratórias de todos os seus empregados, prepostos, dentre outros, bem como pelos encargos sociais e demais tributos incidentes na relação trabalhista e na atividade de exploração da concessão de uso, previstos na legislação específica vigente, obrigando-se a saldá-los em época própria, bem como responder por possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao objeto contratado, pelas quais a SRTE/MG, em hipótese alguma, responderá isolada ou solidariamente;

Responsabilizar-se, também, pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto contratado;



[Handwritten signature]

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente

Etiqueta Nº.: 172327424/ Belo Horizonte, 23/08/2018 09:36:24

[767012-0741] - EMOL: A 45 - TER: 1,38 - TOTAL: 5,63

Este documento é válido somente se for autenticado pelo sistema de autenticação eletrônica do 8º Ofício de Belo Horizonte. Para mais informações, consulte o site www.8ooficio.bh.br



Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados ou terceiros, quando da execução da instalação do objeto deste Termo de Referência e da prestação de assistência técnica, durante o período da contratação;

Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessárias para o adimplemento das obrigações decorrentes desta licitação, tais como ferramentas, transporte de equipamentos, locomoção de funcionários, fornecimento de peças, partes e acessórios dos equipamentos de vigilância eletrônica;

Cumprir todas as normas internas da SRTE/MG, bem como aquelas que regulam as ações de higiene e segurança do trabalho, sem que isso se configure em qualquer vínculo empregatício;

Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela SRTE/MG;

Substituir, sempre que exigido pela SRTE/MG e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Manter seus funcionários ou representantes credenciados devidamente identificados (uniforme e crachá), quando da execução de qualquer serviço na SRTE/MG, referente ao objeto contratado, observando as normas de segurança (interna e conduta);

Responder a quaisquer prejuízos que seus empregados e prepostos causem ao patrimônio da SRTE/MG, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente, não implicando co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos;

Assumir total responsabilidade pelo sigilo da informação que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informação, decorrentes de ação dolosa, imperícia ou imprudência, venha a ocasionar à SRTE/MG ou a terceiros;

Facilitar à fiscalização da SRTE/MG a inspeção da área física, bem como fornecer de pronto, sempre que solicitado, cópia de documentação comprobatória de regularização fiscal, tributária, previdenciária, securitária e trabalhista;

A Contratada não deverá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da Administração;

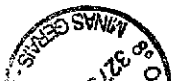
A Contratada deverá assumir, por sua conta, a cobertura de todos os equipamentos contra riscos de incêndio, roubo, furto, descargas elétricas e atos provenientes de condições da natureza que possa vir a ocorrer durante a vigência do contrato;

Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração;

A Contratada deverá emitir Nota Fiscal com as especificações dos serviços discriminados na nota de empenho, indicando data de emissão, mês de referência, valor respectivo e outros dados necessários à perfeita compreensão do documento de cobrança, devendo estar anexa à mesma o relatório de ocorrências;

Registrar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) das atividades envolvidas no objeto contratado, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG), quando da assinatura do Contrato;

Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os defeitos, erros, falhas,





Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-8200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente

Etiqueta Nº.: 172327324 Belo Horizonte, 23/08/2018 09:36:24

[767012-074] - EMOL: 4,45 - TEE: 1,38 - TOTAL: 5,83

VERIFIQUE A AUTENTICAÇÃO DEDEUTEMOISITEWWW.OFICINA.COZ.BR

omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando a Contratante por qualquer dano ou prejuízo decorrente desses defeitos, erros, falhas, omissões ou irregularidades.

Na hipótese de verificação de furtos ou roubos a Contratada ficará, desde que tenha agido com dolo ou culpa na execução do contrato, obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão da apuração de sua responsabilidade, que se fará em processo específico. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Administração reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês ou promover a rescisão do contrato com base no art. 78, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do débito;

a) O valor do dano causado guardará conformidade com o preço de mercado, não sendo considerado o valor histórico do bem;

Fornecer número telefônico fixo e móvel, fax, da sede da empresa e outros, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para o fiel cumprimento do contrato a ser firmado, a SRTE/MG se comprometerá a:

Entregar as áreas destinadas à prestação dos serviços em condições de instalação dos equipamentos de vigilância eletrônica;

Disponibilizar o fornecimento de energia elétrica para os pontos situados nas áreas de instalação dos equipamentos de vigilância eletrônica;

Permitir o acesso de pessoal autorizado da Contratada, devidamente identificados, para: a leitura mensal dos medidores, realização de manutenção de equipamentos ou ainda para desligamento ou remoção dos mesmos;

Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições da SRTE/MG;

Prestar informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada para o desenvolvimento das atividades.

Relacionar-se com a Contratada exclusivamente através do preposto por ela credenciado.

Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;

Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta.

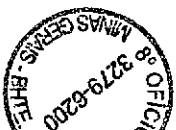
Observar para que durante a vigência do Contrato, sejam mantidas as compatibilidades das obrigações assumidas e todas as condições e qualificações exigidas para a pactuação.

Solicitar assistência técnica quando da constatação de algum defeito no sistema de vigilância eletrônica contratado;

Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;

Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

Autorizar a colocação de novos componentes, exigidos em virtude de leis ou determinações das autoridades competentes;



Serviço Notarial do 5º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel: (31) 3279-6280

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe: Pedro Henrique Lopes. Escrevente
Etiqueta Nº.: 11723272224. Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24
[767012-0783] - END: 4.45 - TEP: 1.39 - TOTAL: 5.83
VERIFIQUE A AUTENTICAÇÃO DESEU DOCUMENTO NO SITE www.tribuna.com.br

Autenticação
CPS 98257

00798733
Escritório de
Cartório de
Belo Horizonte

Cumprir rigorosamente a orientação da Contratada, no tocante à utilização segura dos equipamentos;

Manter os equipamentos nos locais de instalação e não removê-las sem prévio consentimento da Contratada;

Não efetuar modificações de qualquer natureza nos equipamentos do sistema de vigilância contratado;

Atestar nas Notas Fiscais/Faturas relativas à efetiva prestação dos serviços, bem como efetuar o pagamento à Contratada, conforme previsão contratual;

Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, por servidor especialmente designado, nos termos do 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97;

Visando estabelecer o gerenciamento da qualidade dos serviços de vigilância eletrônica monitorada, a serem executados nas unidades jurisdicionadas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, serão estabelecidos critérios que garantam um nível básico de qualidade dos serviços prestados e as respectivas adequações de pagamento, em conformidade com o art. 17 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008 alterada pelas INs SLTI/MPOG nº 03 de 15 de outubro de 2009 e IN SLTI MPOG nº 04 de 11 de novembro de 2009;

- a) Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado Acordo de Níveis de Serviço - ANS entre as partes, baseando-se nos critérios discriminados na tabela abaixo:

CLASSE	INDICADORES	OBJETIVOS
Manutenção do sistema de vigilância.	Prazos para manutenção corretiva.	Garantir equipamentos em perfeito estado de funcionamento em tempo integral.
	Periodicidade da manutenção preventiva.	Prevenir eventuais falhas e garantir a confiabilidade do sistema.
Gerenciamento do sistema de vigilância	Tempo máximo para comunicação da Central de Monitoramento com os Órgãos Públicos de Segurança e os responsáveis indicados pela Contratante, após detecção de sinistro.	Garantir comunicação de invasão dentro dos prazos estabelecidos.

Onde;

Classes - correspondem aos critérios gerais de avaliação para prestação dos serviços;





Indicadores - correspondem aos índices associados às atividades específicas no processo de execução dos serviços;

Objetivos – correspondem aos resultados esperados com o cumprimento das metas a serem atingidas visando à garantia da qualidade dos serviços prestados.

- b) Os serviços prestados pela contratada serão avaliados de acordo com a medição e verificação dos indicadores e metas detalhados conforme abaixo:

Indicador nº 1 – Manutenção Corretiva	
Descrição: Prazos para Manutenção Corretiva	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir equipamentos em perfeito estado de funcionamento em tempo integral.
Meta a cumprir	Atendimento dentro dos prazos estabelecidos no item 8.2.5 para manutenção corretiva dos problemas ocorridos.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (OS) e Livro de Registro de Ocorrências
Forma de acompanhamento	Através de registro no livro de ocorrências e OS
Periodicidade	Variável /Sob demanda
Mecanismo de cálculo	Por sistema de pontuação conforme (Pontuação = Peso X Pontos)
Início da vigência	Recebimento da OS e/ou registro no Livro de Registro de Ocorrências

Indicador nº 2 – Manutenção Preventiva.	
Descrição: Periodicidade da manutenção preventiva	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a adequação e pleno funcionamento de todos os equipamentos do sistema.
Meta a cumprir	Atendimento a cada 180 dias.
Instrumento de medição	Ateste da execução da manutenção preventiva pela Administração.
Forma de acompanhamento	Através de registro no Livro de Ocorrência.
Periodicidade	Semestral.
Mecanismo de cálculo	Por sistema de pontuação conforme Tabela 1 (Pontuação=Peso X Pontos)
Início da vigência	180 dias a partir a implantação do sistema ou após a última manutenção preventiva.

Indicador nº 3 – Comunicação com Órgãos Públicos e Responsáveis da Contratante.	
Descrição: Tempo máximo para comunicação da Central de Monitoramento com os Órgãos Públicos de Segurança e com os responsáveis indicados pela Contratante, após detecção de sinistro.	

[Handwritten signature]

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30130-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente
Etiqueta Nº.: 1723277024, Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24
[767012-0741] Emissão de Autenticação Site: www.8oficio.com.br



Item	Descrição
Finalidade	Garantir comunicação de invasão dentro dos prazos estabelecidos no ANS.
Meta a cumprir	Comunicação em no máximo 05 minutos.
Instrumento de medição	Livro de Registro de Ocorrências e ficha de monitoramento.
Forma de acompanhamento	Através de Livro de Registro de Ocorrências.
Periodicidade	Variável / Sob demanda
Mecanismo de cálculo	Por sistema de pontuação conforme Tabela 1 (Pontuação = Peso X Pontos)
Início da vigência	A partir da implantação do sistema.

- c) O ANS tratará das metas de tempo de atendimento, de acordo com a expectativa da Administração com relação aos resultados esperados na execução dos serviços e deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que estará assumindo junto à Contratante;
- d) A avaliação da qualidade do serviço de vigilância eletrônica prestado se dará através da apuração de pontuação ponderada a ser calculada com base nas metas em termos de prazos, definidos para execução de cada tipo de serviço, atrelados aos respectivos indicadores, segundo o método abaixo:

Indicador	Descrição	Metas de tempo de atendimento e conclusão dos serviços	Peso	Pontuação fora de prazo	Pontuação ponderada de ajuste no pagamento Valor = Peso X Pontos
1	Prazo para Manutenção Corretiva.	Atender chamados em até 6hs p/ BH e região metropolitana e 12hs nas demais localidades.	15	1 ponto para cada hora excedente.	
		Solucionar defeitos em até 24hs p/ BH e região metropolitana e 48hs nas demais localidades após chamado.	10	0,5 ponto para cada hora excedente.	
		Reposicionar sensores em até 48hs após chamado.	10	0,5 ponto para cada hora excedente.	
2	Periodicidade da Manutenção Preventiva	Semestral	10	1 ponto para cada dia a partir do 180º dia após a instalação do sistema ou da manutenção	

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-190 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e Assino o presente.

Dou fe, Pedro Henrique Lopes. Escrivão.

Etiqueta N.º.: 1723276924. Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24

[767012-0731] ENDL: 4.45 TPA: 1.3 TPA: 5.8

Assinatura: [Assinatura]



				preventiva anterior.	
3	Tempo máximo para a comunicação da Central com os órgãos públicos de segurança e com os responsáveis indicados pela Contratante, após detecção de sinistro.	05 minutos	30	1 ponto para cada minuto após 05 minutos da detecção de sinistro.	


- e) O pagamento será, portanto, proporcional ao atendimento das metas estabelecidas, em obediência ao disposto no Art. 17 da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 alterada pelas INs SLTI/MPOG nº 03 de 15 de outubro de 2009 e IN SLTI MPOG nº 04 de 11 de novembro de 2009. As pontuações serão ponderadas e computadas a cada ocorrência, conforme definido no ANS, que será parte integrante do Contrato.
- f) Será calculado o somatório das avaliações ponderadas de todos os indicadores no mês, sendo a este aplicada a seguinte adequação de pagamento pelo não atendimento das metas estabelecidas:

MÉTRICA	
Pontuação ponderada para ajuste do pagamento	Ajuste = Σ (Peso x Pontos)
Faixa de ajuste de pagamento	<p>Até 30 - 100% do valor mensal do contrato.</p> <p>De 31 até 80 - 90% do valor mensal do contrato.</p> <p>De 81 até 120 - 80% do valor mensal do contrato.</p> <p>De 121 até 180 - 70% do valor mensal do contrato.</p>

Após a avaliação da qualidade dos serviços, que será realizada segundo a metodologia apresentada no item d), deverá ser realizado o ajuste proporcional no valor da fatura mensal da contratada conforme item f) e informado posteriormente à Contratada para emissão da respectiva nota fiscal;

O Gestor do contrato será responsável para acionar a empresa contratada através de e-mail, telefone, fax ou ofício, registrando em relatórios de controle, onde constará, dentre outras informações, o número de protocolo fornecido pela contratada, a descrição do defeito, o horário de registro da solicitação de conserto, o nome do empregado da empresa que recebeu a chamada e emitiu o número de protocolo e o acompanhamento da solução do defeito apresentado, respeitando os prazos estabelecidos na cláusula quarta para assistência técnica.




Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel: (31) 3279-6200
AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente
Etiqueta Nº.: 1723276824 Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:22
[767012-0743] A autenticidade desta certidão pode ser verificada no site www.oficiobh.com.br
TOTAL: R\$ 5,00



Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CPS 98253

O registro mensal de chamadas e o acompanhamento para execução dos serviços e solução dos defeitos apresentados, dentro dos prazos estabelecidos, bem como os registros no livro de ocorrências e ficha de monitoramento, dentre outros, constituem instrumentos que permitirão avaliar a perfeita execução do contrato, ficando tais instrumentos sob a responsabilidade do Gestor do contrato.

A aplicação das adequações de pagamentos previstas neste Acordo de Nível de Serviço não exclui a aplicação das sanções administrativas estabelecidas em contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

O valor total contratado para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para o período de 12 (doze) meses corresponde a **R\$ 241.114,32** (duzentos e quarenta e um mil, cento e quatorze reais e trinta e dois centavos), incluindo impostos e taxas, e para o período de 01 (um) mês é de **R\$ 20.092,86** (vinte mil noventa e dois reais e oitenta e seis centavos).

CLÁUSULA OITAVA - DA REVISÃO DO CONTRATO

O preço dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses será reajustado a cada interregno de 01 (um) ano, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - **IGP-DI**, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;

O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de início da vigência do reajuste anterior;

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data de início da vigência do reajuste anterior;

Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 (sessenta) meses;

O contrato poderá ser prorrogado desde que justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente para celebrar o contrato e observada a vigência do crédito orçamentário;

Toda prorrogação será precedida de realização de pesquisa de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO

O presente contrato poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.



Service Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP 30170-130 - Tel: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente.
Etiqueta Nº.: 1723276724/ Belo Horizonte, 23/08/2018 09:36:24
[767012-074] e A EMPL: 4,45 TRU: 1,30 TOTAL: 5,75



O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- a) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitado os direitos do contratado. Nesta hipótese, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.
- b) Nos casos de serviços essenciais, ocuparem provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária consignada no Orçamento Geral da União, conforme classificação abaixo:

UG	Gestão	Plano Interno	Elemento de Despesa	Programa de Trabalho
380941	00001	94815441549	339037 / 77	47315

Por ato próprio, será devidamente certificada a compatibilidade exigida pelos Arts. 15 a 17 da LRF, bem como estar inclusa na proposta orçamentária para o exercício 2012, dotação orçamentária suficiente para fazer face às despesas do presente contrato para o exercício financeiro seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO - DA NOTA DE EMPENHO

Será emitida Nota de Empenho à conta da dotação orçamentária, especificada nesta Cláusula, para atender às despesas inerentes à execução deste Contrato, durante o corrente Exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo, contado da apresentação da fatura e após o recebimento definitivo, de até 15 (quinze) dias úteis, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 27 a 32 da Lei nº 8.666/93.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 9279-9200

AUTENTICADO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente

Etiqueta Nº.: 1723276624, Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24

1767012-0741 - EMD: 4,45 - ITR: 1,38 - TOTAL: 5,83

Para conferir a autenticidade de este documento, acesse o site: TOTALFIDELITY.COM.BR



Na hipótese de irregularidade no cadastro ou habilitação no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital.

Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

A administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I =, Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início do serviço;
- e) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;



[Handwritten signature]

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7.e.9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente.
Etiqueta N.º.: 1723276524, Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24
[767012-0741] - FOLHA 4,45 - DEFEITO 1,38 - TOTAL 5,83



- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato por dia de atraso;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida



[Handwritten signature]

Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 664 - Loja 7 e 8 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
Dou fe: Pedro Henrique Lopes. Escrevente

Etiqueta N.º: 1723276924 - Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24

[767012-079] - EPOU: 0,45 - TOTAL: 5,83

Este documento é uma cópia autenticada por meio de uma tecnologia de segurança avançada, que garante a integridade e a validade jurídica do conteúdo. Para mais informações, consulte o site www.bonotario.com.br



sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito;
- b) Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato por ocorrência, até o limite de 5% (cinco por cento);
- c) Em caso de inexecução total, multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor anual do contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

As demais sanções são de competência exclusiva do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA. DOS RECURSOS

Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei 8.666/93, caberá:



Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130. Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou-te e assino o presente.

Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente

Etiqueta Nº.: 1723276324, Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24

[767012-074] - END: 3,95 - TRF: 1,38 - TOTAL: 5,33

www.oficio8.com.br



I - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de: Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei 8.666/93; a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

II - Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

III - Pedido de Reconsideração de decisão do Ministro do Trabalho e Emprego, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.

O recurso será dirigido ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, que analisará e decidirá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Nesse caso, a decisão deverá ser proferida dentro de cinco dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

A intimação dos atos referidos na alínea "a", do inciso I deste parágrafo, e no inciso III, será feita mediante publicação no DOU.

Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

Correrão por conta da Contratante as despesas com a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, que deverá ser providenciada pela Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GARANTIA

☒ A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, comprovante de garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do contrato, cabendo-lhe optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93;

O valor da garantia será atualizado sempre que houver alteração, reajuste ou revisão do valor do contrato;



Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 8 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original, aquele se foi apresentado.

Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente

Etiqueta Nº.: 1723276224, Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24

[767012-0741] EMOL: 4,45 - TFRJ: 1,30 - TOTAL: 5,75

Para mais informações consulte o site www.ofisoon.com.br



A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do Art. 56 da Lei 8.666/93;

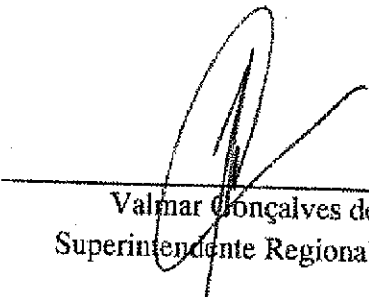
A não prestação de garantia no prazo determinado sujeitará o contratado às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da rescisão do contrato.

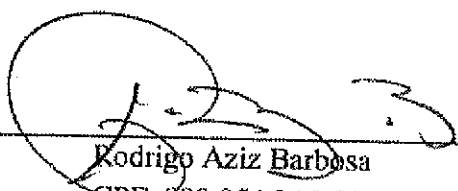
CLAUSULA VIGESIMA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato é competente o Foro desta Capital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93, em 02 (duas) vias de igual teor, necessárias para sua aprovação e execução, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes, pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2012.


Valmar Gonçalves de Sousa
Superintendente Regional SRTE/MG


Rodrigo Aziz Barbosa
CPF: 000.054.966-59
Representante COMMANDO


Testemunha/CPF

Márcia A. Salobrenha G. Santos
CPF: 053.042


Testemunha/CPF

015.424.226-40



Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO

Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente

Etiqueta N.º.: 1723276124, Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24

[767012-4074] e A. 4.45. 1.38 TOTAL: 5,83

www.8oficio.com.br





SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2012 - UASG 380941

Nº Processo: 477740008/2012/17. PREGÃO SISPP Nº 6/2012. Contratação: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. CNPJ Contratado: 0205753000106. Contrato: EMVIE - PATRULHA 24 HORAS LTDA - Objeto: Consultoria de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica/montagem, incluindo a manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços de monitoramento contínuo, sete dias por semana, inclusive finais de semana e feriados para atender à Gerência Regional e Agências de Atendimento do Trabalho vinculadas à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais. Fundamento Legal: Lei 8.078/90, Lei 9.606/98, Lei 9.520/2002, Dec. 3.555/2000 e demais legislações relacionadas no contrato. Vigência: 20/09/2012 a 19/09/2017. Valor Total: R\$19.999,92. Fonte: 176038204 - 2012NER00939. Data de Assinatura: 20/09/2012.

(SICON - 24/09/2012) 380918-00001-2012NER00939

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2012 - UASG 380941

Nº Processo: 477740008/2012/17. PREGÃO SISPP Nº 6/2012. Contratação: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. CNPJ Contratado: 1370916700011. Contrato: COMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica/montagem, incluindo a manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços de monitoramento contínuo, sete dias por semana, inclusive finais de semana e feriados para atender à Gerência Regional e Agências de Atendimento do Trabalho vinculadas à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais. Fundamento Legal: Lei 8.078/90, Lei 9.606/98, Lei 9.520/2002, Dec. 3.555/2000 e demais legislações relacionadas no contrato. Vigência: 20/09/2012 a 19/09/2017. Valor Total: R\$241.614,32. Fonte: 176038204 - 2012NER00940. Data de Assinatura: 20/09/2012.

(SICON - 24/09/2012) 380918-00001-2012NER00940

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL, NO PARÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2012

Processo: 462240008/2012-27. Conveniente: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Itapira do Pará. Objeto do Contrato: emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social no âmbito de referência municipal. Vigência: 04 (quatro) anos a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União. Assinatura: Odir Santos Correa, pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará e José Orlando Freire, pela Prefeitura Municipal de São Ignácio do Pará.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2012 - UASG 380945

Nº Processo: 462240008/2012/25. PREGÃO SISPP Nº 94/2011. Contratação: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. CNPJ Contratado: 07613186000101. Contrato: AUTOMAX COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPI. Objeto: Adesão a Ata de registro de Preços, referente ao Pregão 94/2011, da UEPB (Órgão Gerenciador), aquisição, por meio do Sistema do Registro de Preços, de gasolina comum e óleo diesel comum. Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 9.520/2002, Lei 12.306, Lei 8.078/90, Dec. 3.555/2000, Portaria 1/630. Vigência: 13/09/2012 a 31/09/2013. Valor Total: R\$799.750,00. Fonte: 174381011 - 2012NER00062. Data de Assinatura: 11/09/2012.

(SICON - 24/09/2012) 380918-00001-2012NER00062

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

EXTRATOS DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio para emissão de CTPS - Processo nº 46213.01488/2012-31. Partes: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco e o município de Araranda - PE. Objeto: Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social. Fundamento Legal: Portaria nº 712, de 05.08.92. Prazo de Vigência: 03 (três) anos, a partir da data de sua publicação no D.O.U. Signatários: André Luz Negromonte, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco e José Frederico César Carneiros - Prefeito.

Espécie: Convênio para emissão de CTPS - Processo nº 46213.01488/2012-05. Partes: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco e o município de Araranda - PE. Objeto: Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social. Fundamento Legal: Portaria nº 712, de 05.08.92. Prazo de Vigência: 03 (três) anos, a partir da data de sua publicação no D.O.U. Signatários: André Luz Negromonte, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco e Cláudio Miano de Azevedo Alencar - Prefeito.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/visualizar/uf/pe>, pelo código 09032012092300411

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

EXTRATO DE CONVÊNIO

PROCESSO: 46214.00228/2012-17. ESPÉCIE: Convênio MTE/STF/PE/PA Nº 53/2012. CONVÊNIENTES: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Piauí e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeiro Gonçalves-PI. OBJETIVO DO CONVÊNIO: Unificação e distribuição de Carteira de Trabalho e Previdência Social para os trabalhadores do referido município. VIGÊNCIA, a partir da data de publicação ASSINANTES: Paula Maria do Nascimento Mando, pela Superintendência e Hilário Vieira Rocha, pelo Sindicato.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2012 - UASG 380948

Nº Processo: 462170010/2012/201. PREGÃO SISPP Nº 3/2012. Contratação: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. CNPJ Contratado: 07096443000177. Contrato: CICCARELLI E FRANCA LTDA - MT. Objeto: Locação de impressoras visando atender às necessidades da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no RN. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993 e demais legislações correlatas. Vigência: 08/09/2012 a 07/06/2013. Valor Total: R\$3.900,00. Fonte: 176038204 - 2012NER00707. Data de Assinatura: 29/08/2012.

(SICON - 24/09/2012)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Por meio do presente Edital, por não terem sido localizados os empregadores ou por não terem atendido ao convênio firmado, razão por intermédio de ato de saneamento, ficam notificados a comparecer no dia 28/09/2012, na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul, sita à Av. Mauá,

nº 1013, sala 903, em Porto Alegre/RS, às 15:00h, os seguintes empregadores ou representantes legais: DOLCE CAPRICCIO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME - CNPJ 04.683.905/0001-64; ART BOX ESTACIONAMENTO E LAVAGEM LTDA - CNPJ 07.018.009/0001-75; SINTESUL PRODUTOS SERVIÇOS LTDA - BAIXADA - CNPJ 12.774.394/0001-14; GILBERTO KRAUSS RUMAYOR - ME (GRUPO TEATRAL EM PROL DA VIDA) - CNPJ 05.753.495/0001-43; MADEIREIRA MADEIREIRA LTDA - BAIXADA - CNPJ 01.865.645/0001-95; MENINA MORENA COMERCIO DE CONFEIÇÕES LTDA - ME - CNPJ 01.127.118/0001-36; DR.F. BRASIL FOODS S.A. - CNPJ 01.838.723/0045-48; E. CORTEI-LETTI & CIA LTDA - ME (HELP LOGISTICA EMPRESARIAL) - CNPJ 08.973.911/0001-46; CRISTAL SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA - CNPJ 08.728.314/0001-44; TRANS-PORTADORA SERV. BOYS EXPRESS LOGISTICA EM TRANS-ORTE LTDA - CNPJ 04.239.571/0001-24; SAFIRA COMERCIO TERCERIZACAO E LOCAÇÃO LTDA - BAIXADA - CNPJ 59.524.959/0001-79; START SERVICE LTDA - CNPJ 05.474.084/0001-19; CAFETERIA FILIPSEN LTDA (CAULTI CAFÉ) - CNPJ 30.259.841/0001-71; E J. MONTAGENS E INSTALAÇÕES LTDA (VITEC) - CNPJ 01.809.424/0001-59; GEHLEN & GEHLEN SERVIÇOS LTDA (PARTYSYSTEM & COMPANY) - CNPJ 04.568.482/0001-29; UNIVERSO SERVIÇOS E ACESSÓRIA EMPRESARIAL LTDA (CONSERVADORA UNIVERSO) - CNPJ 20.525.093/0001-45, a fim de efetuar anotação de baixa nas CTPS de seus empregados, nos termos da legislação trabalhista vigente. O não comparecimento no dia e hora indicados na presente notificação resultará na revelia a confissão sobre os termos da declaração feita, conforme o art. 37, parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como poderá ocasionar a emissão de Auto de Infração, com base no art. 54 do mesmo diploma legal.

CLÁUDIO LUIS CORRÊA DA SILVA
Superintendente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO DE RECURSO Nº 1

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego SRT/RS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a impossibilidade de notificação via postal, resolve, com fulcro no disposto no artigo 15, item III da Portaria MTE nº 148/96, vem notificar as empresas abaixo relacionadas da decisão que não reconheceu o recurso voluntário em razão de sua intempestividade. Por esta razão, o processo será encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional, para fins de inscrição em dívida ativa da União.

RAZÃO SOCIAL	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
GLOBAL EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA	46617.00623/2010-20	1994968
GLOBAL EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA	46617.00623/2010-20	1994968
GLOBAL EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA	46617.00623/2010-20	1994968
GLOBAL EMPREEND. IMOBILIÁRIOS LTDA	46617.00623/2010-20	1994968
ASSOC. DE RECLAMADORES DE LAGOA VAMBECLA	46617.00623/2010-20	1994968
ROSE GILBERTO CASTRO RODRIGUES	46617.00623/2010-20	1994968
JOSE EDUARDO CASANA DOS SANTOS	46617.00623/2010-20	1994968

Em 24 de setembro de 2012.

CLÁUDIO LUIS CORRÊA DA SILVA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do SRT/RS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a impossibilidade de notificação via postal, resolve, com fulcro no disposto no artigo 9º, parágrafo 6º, da Portaria 148/96, com redação dada pela Portaria MTE nº 241/98, notificar a empresa dos atos de fls. 12 a 23 e, consequentemente, para apresentar DEFESA, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar da decisão da publicação deste Edital, à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/RS situada na AV. MAUÁ, 1013, Sala 209, Centro - Porto Alegre/RS, referente ao auto lavrado por infração ao dispositivo indicado, sendo facultado recorrer da decisão via postal em poste registrado, postada até o último dia do prazo.

EMPRESA	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
INDUSTRIA DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA	18083079	46617.00623/2010-20	1994968

Em 24 de setembro de 2012.

CLÁUDIO LUIS CORRÊA DA SILVA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO Nº 1

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego SRT/RS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a impossibilidade de notificação por via postal, resolve, com fulcro no disposto no artigo 15, item III da Portaria MTE nº 148/96, notificar a empresa abaixo relacionada, convocando-a, por meio do seu representante legal, para comparecer a esta Regional, no prazo de dez dias, contados a partir do decurso da data de publicação deste Edital, situada na Av. Mauá, 1013, Sala 209, Centro - Porto Alegre, no Estado de Minas e Recursos, a fim de tomar conhecimento do despacho consignado nos autos que determinam a notificação do auto para quitação, autuando os documentos por meio dos quais pretende comprovar suas alegações, sob pena de não serem levados em consideração por falta dessa formalidade legal.

EMPRESA	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO	AUTO DE INFRAÇÃO
LYNX SUL VIGILANTIA E SEGURANÇA LTDA - EPP	146617311236/2011-80	46617.00623/2010-20	1994968

Em 24 de setembro de 2012.

CLÁUDIO LUIS CORRÊA DA SILVA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Serviço Notarial 3º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30130-130 - Tel: (31) 3279-6209

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.
Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente
Etiqueta Nº.: 1723276029 / Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24
[767012-0741] E A EMPL: 4,95 e DEFEITO: 1,38 TOTAL: 5,83

Para garantir a autenticidade e a validade jurídica dos documentos, a partir de 2016, todos os documentos emitidos pelo Tabelião de Notas devem ser autenticados pelo Sistema de Autenticação de Documentos (SAD) do Tabelião de Notas.

Selo de Autenticação
AUTENTICAÇÃO
CPS 98245



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS
GERAIS

UG: 380941

PROCESSO N.º 47774.000087/2012-70

Pregão Eletrônico N.º 06/2012

CONTRATO N.º 32/2012

TERMO ADITIVO N.º 22/2015

Quarto Termo Aditivo ao contrato de prestação do serviço de vigilância eletrônica monitorada entre a empresa **COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA - ME** como Contratada e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais como Contratante.

A União, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS, CNPJ: 37.115.367/0019-90, localizada a Rua Tamoios n.º 596 - Centro, nesta capital, neste ato, representada por seu SUPERINTENDENTE REGIONAL - substituto, Senhor Heli Siqueira de Azevedo, CPF: 470.069.357-68, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria n.º 153, de 12 de fevereiro de 2009, do Ministro do Estado do Trabalho e Emprego, daqui por diante denominado apenas **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA - ME**, CNPJ n.º 11.369.367/0001-01, com sede Frederico Knipp, 72, sala 101, Bairro Venda Nova, Belo Horizonte/MG, doravante denominado (a) **CONTRATADA**, representada por seu representante legal Rodrigo Aziz Barbosa, CPF n.º 000.054.966-592, **RESOLVEM**, na forma do art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.


CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo prorroga por 12 meses, no período de 20/09/2015 a 20/09/2016, o contrato de prestação de serviço de vigilância eletrônica monitorada, mediante disponibilização de equipamentos novos e de primeiro uso, em linha de fabricação, compreendendo entrega/instalação e assistência técnica (mão-de-obra e reposição de peças, partes ou componentes necessários) visando à manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviço de monitoramento contínuo, sete dias por semana incluindo feriados para atender às unidades jurisdicionadas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais em todo o estado, Gerências Regionais e Agências de Atendimento do Trabalho contidas nos lotes 01 a 05 e de 07 a 20, contidas no Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 06/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

O reajuste de preços se dará por meio de apostilamento, no percentual acumulado para o mês de agosto do Índice Geral de Preços – IGP-DI.





Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

AUTENTICAÇÃO
Conferida e achada conforme original que me foi apresentado.
Em testemunho da verdade, dou fe e assino o presente.

Dou fe, Pedro Henrique Lopes, Escrevente

Etiqueta N°. 1723275924, Belo Horizonte, 23/08/2016 09:36:24

[767012-074] - EMOL: 4,45 - TFEI: 1,38 - TOTAL: 5,83

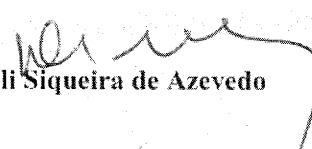
Para maiores informações consulte o site: www.tribunalpbh.com.br



CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas e condições do contrato original, ora aditado, que não foram alteradas pelo presente Termo Aditivo, continuam vigendo, integralmente.

Belo Horizonte, 16 de setembro 2015.


Heli Siqueira de Azevedo

Superintendente Regional do Trabalho e
Emprego em Minas Gerais
Substituto


Rodrigo Aziz Barbosa

Commando Segurança
Eletrônica Ltda. - ME

TESTEMUNHAS:

Nome: Aline Camarda Silva
CPF: 070.278.146-09

Nome: Michelle dos Santos
CPF: 072.272.686-19



